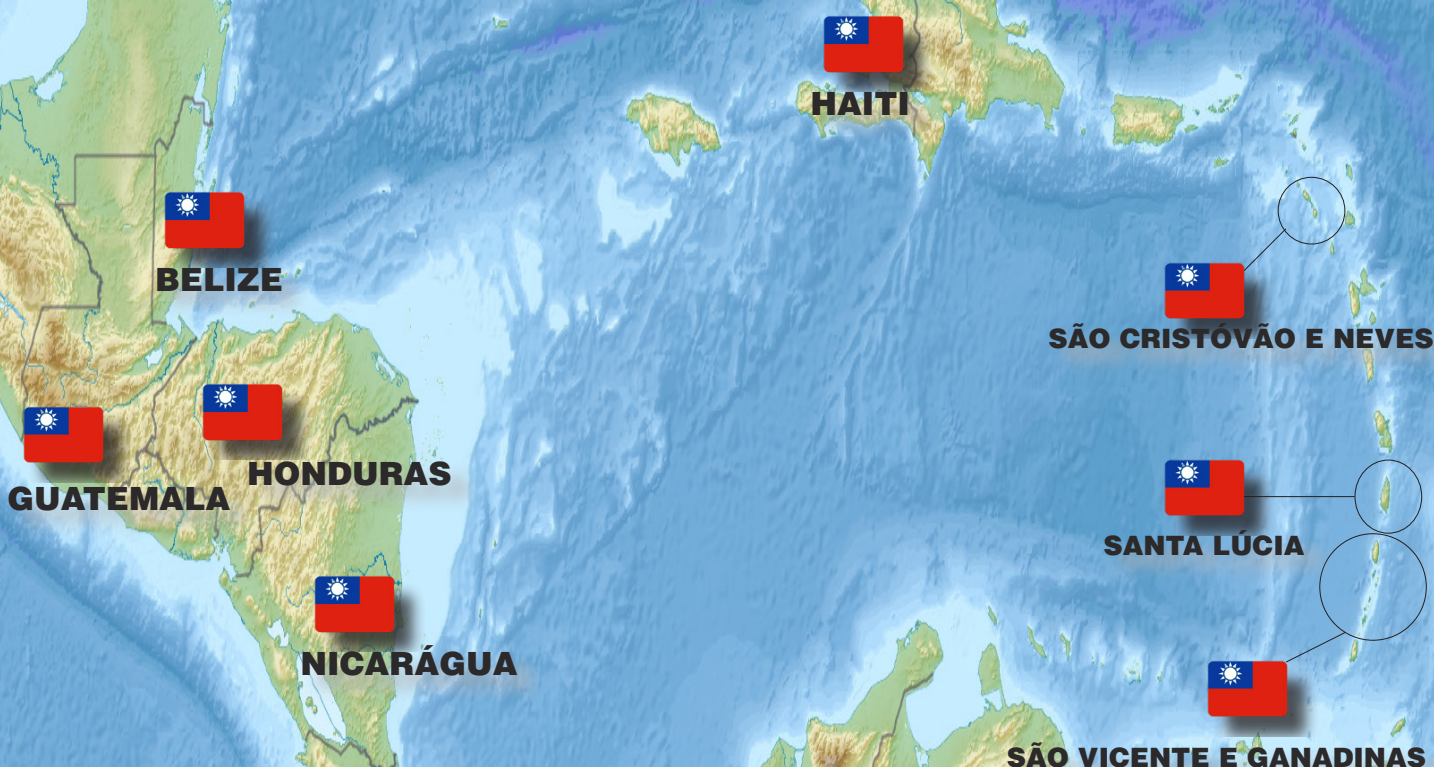


PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

# BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



## A política de uma única China e a luta pela sobrevivência de Taiwan nas Américas

ESTE E OUTROS 10 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

# BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 153 • 08 de dezembro de 2021

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [América Central e Caribe](#)

Por: Wikimedia Commons

Fonte: Wikimedia Commons

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.  
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/  
RJ - Brasil  
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).



## CONSELHO EDITORIAL

### DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

### SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

### EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

### EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

### EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

### EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

### DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

### TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (UFRJ)

**ÁFRICA SUBSAARIANA**

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)  
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)  
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)  
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)  
Vivian de Mattos Marciano (EGN)

**AMÉRICA DO SUL**

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)  
Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (EGN)  
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)  
Luciano Veneu Terra (UFF)  
Matheus Souza Galves Mendes (EGN)  
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

**AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL**

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)  
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)  
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)  
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)  
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

**ÁRTICO & ANTÁRTICA**

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)  
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)  
Pedro Allemand Mancebo Silva (PUC-Rio)  
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

**EUROPA**

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)  
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)  
Thaïs Abygaëlle Dedeo (Université de Paris 3)  
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

**LESTE ASIÁTICO**

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)  
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)  
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)  
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)  
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)  
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFRJ)

**ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA**

Adel Bakkour (UFRJ)  
Amanda Neves Leal Marini (UFF)  
Dominique Marques de Souza (UFRJ)  
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)  
Melissa Rossi (Suffolk University)  
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

**RÚSSIA & EX-URSS**

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)  
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)  
Pedro Mendes Martins (ECEME)  
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)  
Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

**SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA**

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)  
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)  
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

**SUL DA ÁSIA**

Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)  
Marina Soares Corrêa (UFRJ)  
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

**TEMAS ESPECIAIS**

Alessandra Dantas Brito (EGN)  
Bruno Gonçalves (UFRJ)  
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)



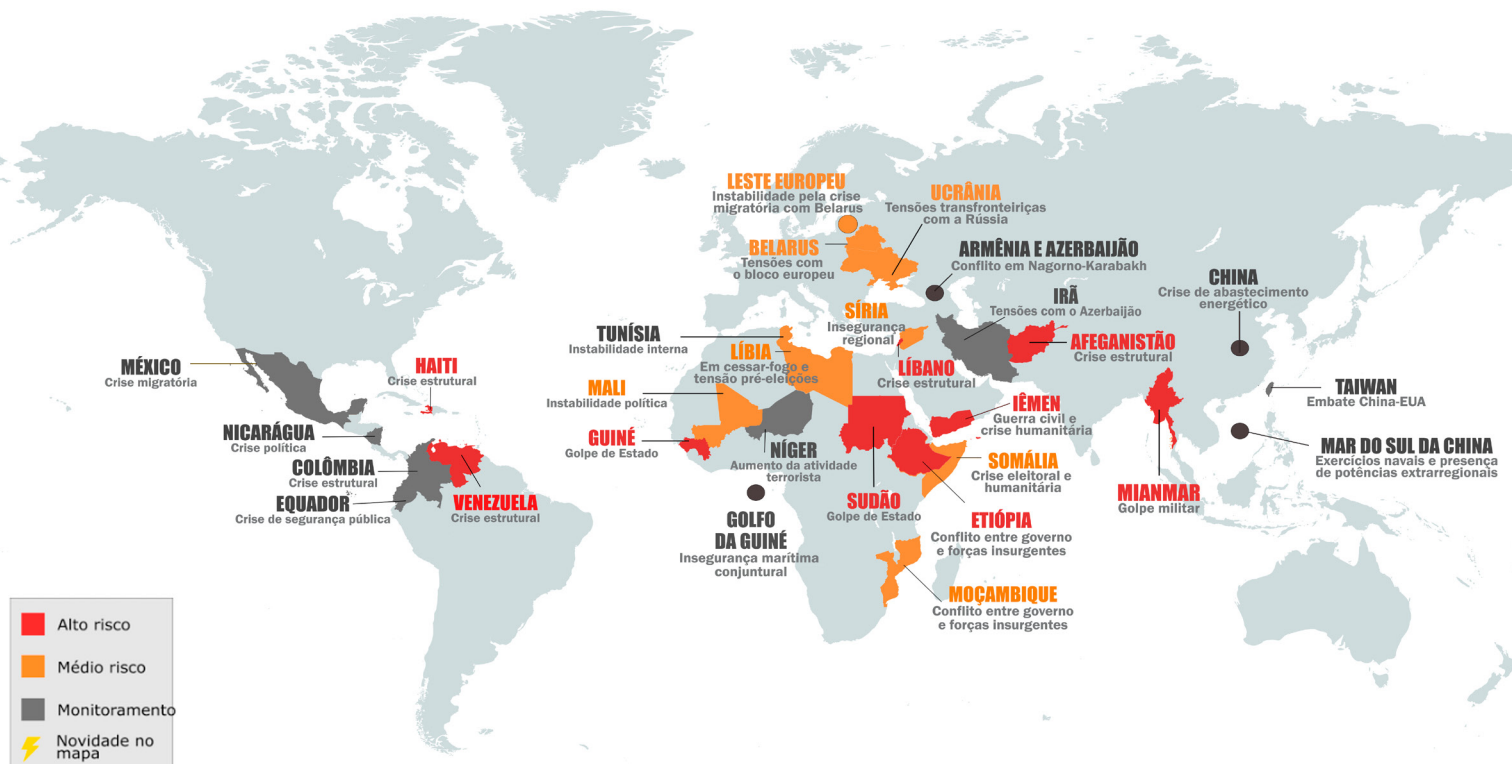
# ÍNDICE

<b>AMÉRICA DO NORTE &amp; CENTRAL</b>	<b>LESTE ASIÁTICO</b>
A política de uma única China e a luta pela sobrevivência de Taiwan nas Américas..... 6	A disputa pelo Novo IP e os impactos para a competição sino-americana ..... 11 Japão e Alemanha – aprofundamento das relações ..... 12
<b>ÁFRICA SUBSAARIANA</b>	<b>SUL DA ÁSIA</b>
A política do 5G e a disputa ideológica chinesa e estadunidense na África ..... 7	Nova Lei de Fronteiras chinesa intensifica disputa fronteiriça com a Índia ..... 13
<b>EUROPA</b>	<b>SUDESTE ASIÁTICO &amp; OCEANIA</b>
Energia limpa no setor naval britânico: possibilidades militares? ..... 8	A ascensão de Índia e Indonésia no cenário internacional ..... 14
<b>ORIENTE MÉDIO &amp; NORTE DA ÁFRICA</b>	<b>ÁRTICO &amp; ANTÁRTICA</b>
A política migratória turca: Erdogan e a construção de muros..... 8 As expectativas para o futuro político da Líbia ..... 9	A política russa para o Ártico em tempos de transição energética ..... 15
<b>RÚSSIA &amp; Ex-URSS</b>	<b>TEMAS ESPECIAIS</b>
A Base Industrial de Defesa russa e o impasse geopolítico sino-indo-russo ..... 10	Eólicas <i>Offshore</i> no mundo: desenvolvimento e reflexos geopolíticos ..... 16
	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 18
	Calendário Geocorrente..... 18
	Referências..... 19
	Mapa de Riscos..... 20

## PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Isadora Novaes e Vitória França



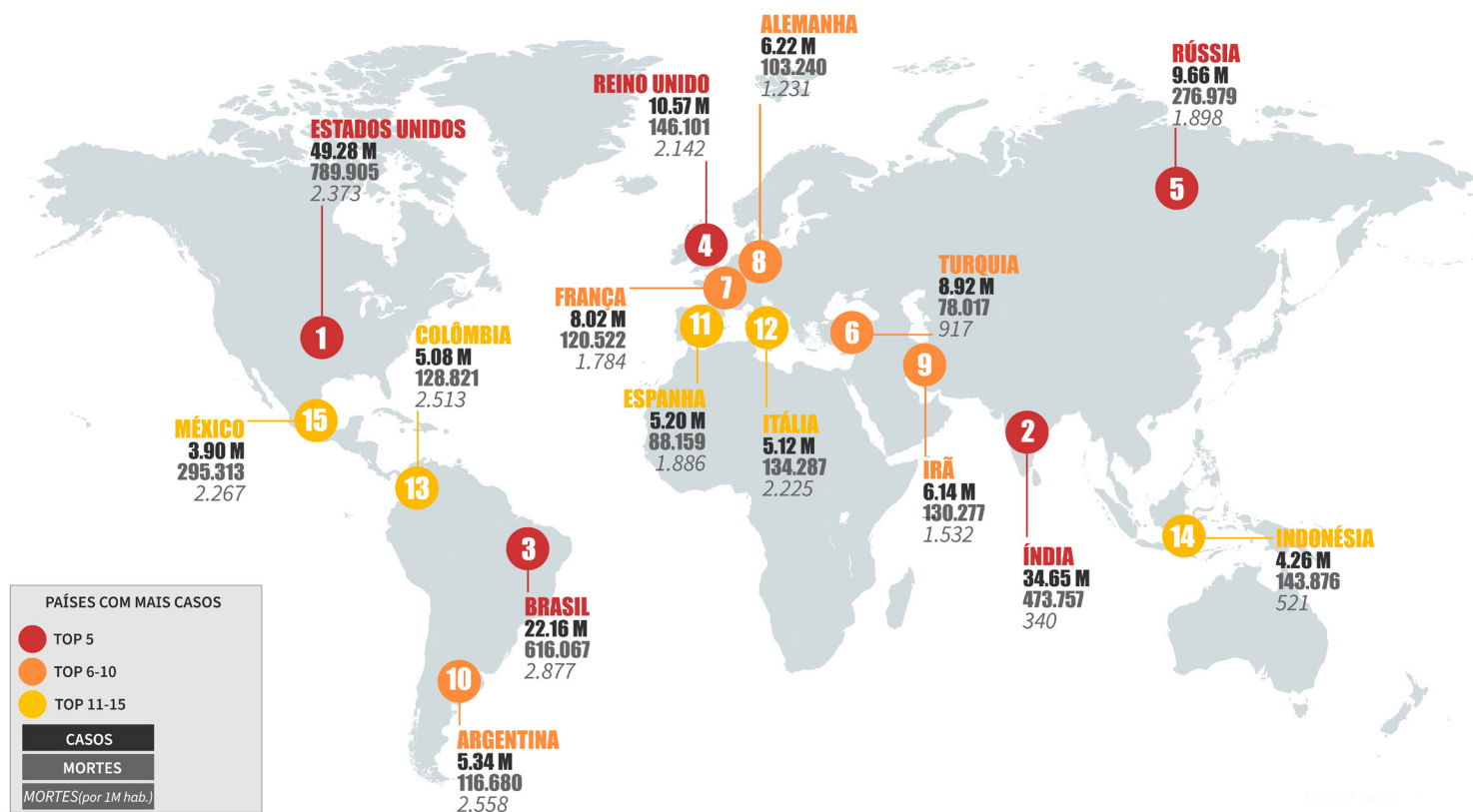
Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

# PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "Our World in Data", publicado no dia 07 de dezembro de 2021.

Por: Iasmin Gabriele e Victor Cabral



## ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

Países	Total de doses aplicadas		População imunizada (%)*	Vacinas
	milhões	por 100 pessoas		
China	2.560	183	79%	●●●●●●●●●●
Índia	1.284	94	35%	●●●●●●●●●●
Estados Unidos	471.7	142	60%	●●●●●●●●●●
Brasil	315.5	149	65%	●●●●●●●●●●
Indonésia	241.9	89	37%	●●●●●●●●●●
Japão	197.8	157	77%	●●●●●●●●●●
México	134.4	105	51%	●●●●●●●●●●
Rússia	130.8	91	41%	●●●●●●●●●●
Alemanha	128.4	154	69%	●●●●●●●●●●
Vietnã	127.8	133	56%	●●●●●●●●●●

\*Percentual da população totalmente imunizada

CanSino	●	Sinopharm/Beijing	●
Covaxin	●	Sinopharm/Wuhan	●
Johnson&Johnson	●	Sinovac	●
Moderna	●	Sputnik V	●
Oxford/Astrazeneca	●	ZF2001	●
Pfizer/BioNTech	●	EpiVacCorona	●

Fontes: Our world in data; The New York Times

## A política de uma única China e a luta pela sobrevivência de Taiwan nas Américas

Rafael Esteves

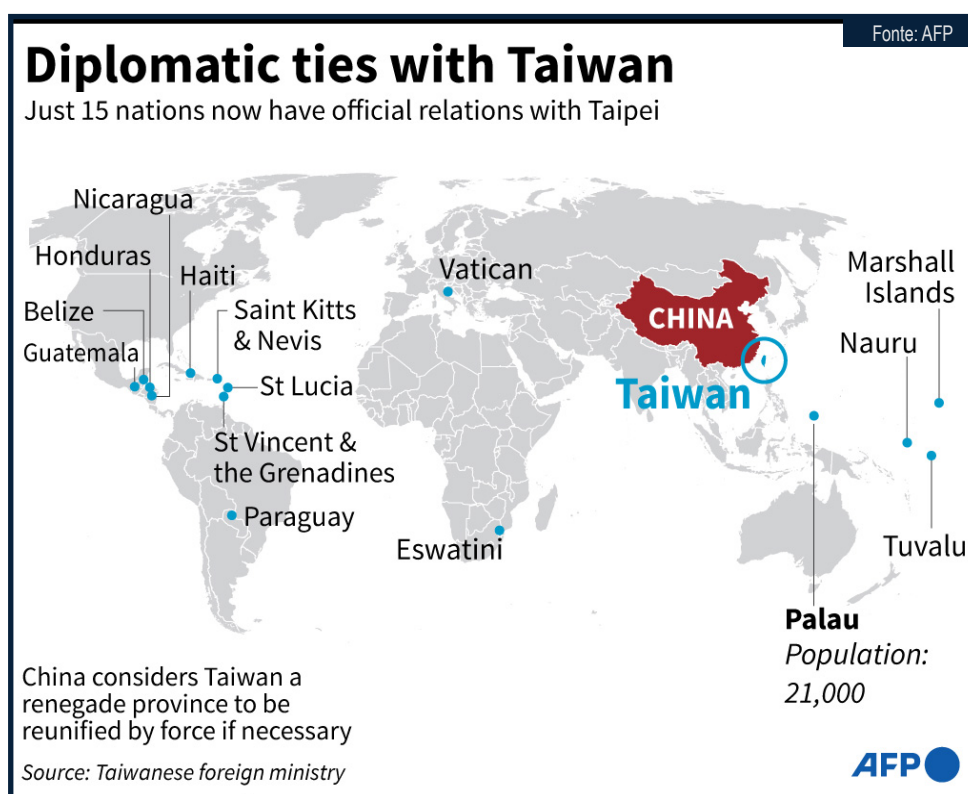
A República da China (Taiwan) tem se articulado cada vez mais para manter suas relações diplomáticas e, conseqüentemente, garantir sua autonomia no sistema internacional, considerando o aumento da influência global da República Popular da China (RPC). Nove países das Américas têm relações diplomáticas com Taiwan, sendo Honduras um importante parceiro. Nesse contexto, em 1º de dezembro de 2021, foi anunciada a eleição de Xiomara Castro como a nova presidenta de Honduras. Em sua campanha, Castro afirmou considerar uma aproximação diplomática com a China continental. Tendo isso em vista, como uma possível mudança na política externa de Honduras afetaria a autonomia de Taiwan?

A China insular tem perdido cada vez mais aliados, com apenas 15 países que ainda a reconhecem diplomaticamente, sendo a maior parte deles da América Central e do Caribe. Isso reflete nas ações taiwanesas na região, considerada de elevada importância geopolítica, principalmente pelo Canal do Panamá, e essencial para a sobrevivência da autonomia internacional de Taiwan. Nesse sentido, para não perder parceiros centro-americanos, Taipei tem investido no subcontinente, que, desde 2010, acumulou 62 projetos concluídos e 33 ainda em formação, dos quais se caracterizam por apoio ao desenvolvimento.

Em contrapartida, Pequim também tem investido na região, com mais de US\$ 16 bilhões em 2019, aplicando assim a política de uma única China, princípio da existência de uma China com base no governo do Partido Comunista Chinês. Além disso, a China continental beneficia-se da crise sanitária da COVID-19 para ampliar a sua influência com a diplomacia da vacina, tendo como um dos objetivos o isolamento de Taiwan.

Considerando as declarações da mandatária eleita de Honduras, os investimentos de Pequim têm maior respaldo que os de Taipei, que corre o risco de perder mais um aliado e enfraquecer a sua autonomia no sistema internacional. Vale ressaltar que muitos países da região que ainda reconhecem Taiwan passam por dificuldades institucionais, econômicas e sanitárias, o que pode motivar uma mudança em suas políticas externas, considerando as possibilidades de o governo da RPC prover melhores oportunidades de investimento, recuperação econômica e auxílio sanitário.

Ademais, as eleições em Tegucigalpa e as investidas de Pequim na região podem mudar a situação de Taipei. Com isso, Taiwan deveria reavaliar suas estratégias de política externa, podendo tentar mudar o posicionamento do novo governo hondurenho, buscando manter as atuais parcerias, através de apoio para a melhora dos problemas internos dos Estados da região.



A política do 5G e a disputa ideológica chinesa e estadunidense na África

Isadora Jacques

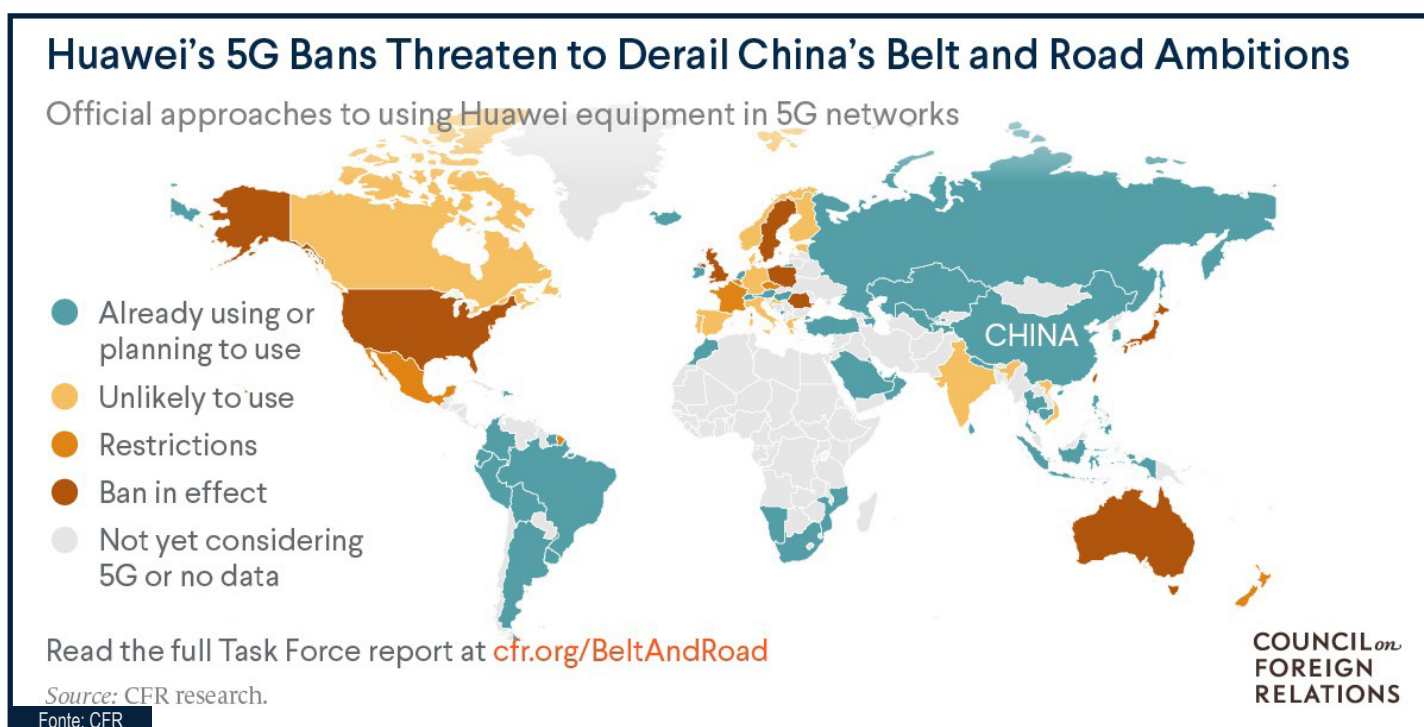
A operadora de telecomunicações *Africell* está recebendo apoio dos Estados Unidos (EUA) para alcançar um mercado de 33 milhões de habitantes, lançando-se novamente na República Democrática do Congo e entrando pela primeira vez, em dezembro de 2021, em Angola. A empresa conta com um empréstimo de US\$ 100 milhões realizado em 2019 com o apoio da *US International Development Finance Corporation* - que lidera a diplomacia econômica dos EUA. Questiona-se como a consolidação, com apoio estadunidense, da empresa do setor de telecomunicações no mercado africano tornou-se um projeto de interesse diplomático, e não estritamente econômico, dos EUA.

A agenda estadunidense para o continente africano é historicamente influenciada por disputas hegemônicas ([Boletim 132](#)). Atualmente, o país tem reunido esforços para competir com a China, líder global em tecnologia 5G e *smartphones*, no domínio do setor de telecomunicações no continente. A *Huawei*, multinacional chinesa do setor, atua em aproximadamente 40 países africanos e, de acordo com um estudo do *Atlantic Council*, cerca de 50% das redes 3G e 70% das redes 4G da África são construídas pela empresa. Seus preços competitivos, além da ampla distribuição em um continente de mais de 1.2 bilhão de pessoas, ameaçam os interesses estratégicos

estadunidenses nesse proeminente mercado.

A África é o continente que mais cresce em termos de população e economia, demandando interconexão para atender essa necessidade crescente. A União Africana estabeleceu a meta de conectar todos os indivíduos, empresas e governos do continente até 2030, uma expansão que é apoiada pelo Banco Mundial. Projetos bilionários de cabos submarinos de internet como *Djoliba* ([Boletim 130](#)), da empresa *Orange*, e o *2Africa* ([Boletim 137](#)), da gigante fundadora do *Facebook*, ascendem disputas hegemônicas uma vez que a rede de comunicação garante a soberania cibernética dos Estados africanos - sinônimo de instrumentalização política e infraestrutura econômica.

A crescente influência chinesa ameaça a política dos EUA de instalação do 5G do país - um setor que a China ocupa em função da confiabilidade por ser a maior investidora no continente, aplicando US\$ 2.96 bilhões em 2020, número quase 10% superior ao ano de 2019. Esse influxo, resultado direto da *Belt and Road Initiative*, a curto e médio prazo visa garantir o apoio de líderes africanos dentro do sistema ONU para reivindicações que perpassam questões fulcrais no âmbito de Defesa chinesa, que ameaçam interesses estadunidenses.



## Energia limpa no setor naval britânico: possibilidades militares?

Guilherme Carvalho

No ano marcado pela COP26, sediada no Reino Unido, e em esforço ambiental conjunto com outros setores industriais, a britânica *BAE Systems* lançou seu novo sistema de energia e propulsão para o mercado marítimo. A tecnologia fornece propulsão elétrica silenciosa e sem vibrações, melhorando a experiência do passageiro e do operador. Considerando que a *BAE Systems* é uma das maiores multinacionais de defesa do mundo, seria possível um horizonte ecológico em tecnologias militares?

Segurança, confiança e desempenho têm sido e continuarão a ser as exigências primordiais de clientes das Forças Armadas, o que potencialmente compromete a introdução de inovações mais ecológicas por parte das multinacionais do setor. Hoje, porém, a maioria das empresas de defesa do Reino Unido começam a enfrentar o desafio climático em resposta à pressão dos reguladores, clientes, investidores e da população civil. Normalmente, os esforços para adequação aos pedidos concentram-se principalmente nos 5% a 10% das emissões da indústria de defesa, caracterizadas pelas atividades industriais *per se*, e o gasto de energia. No entanto, o maior desafio encontra-se no impacto ambiental do uso, de fato, dos produtos finais. Atualmente, esse uso é responsável, em média, por mais de 90% das emissões da indústria de defesa.

Tecnologias como a desenvolvida pela *BAE Systems* são extremamente úteis num aspecto estratégico pois são mais portáteis, silenciosas e rápidas. Desenvolvida primeiramente para navios de pequeno porte e embarcações situadas no Rio Tâmisa, essa tecnologia apresenta grande potencial de replicação no setor militar e pode se juntar a outras inovações para o setor de defesa, como a atual realidade do uso de drones elétricos e combustível de aviação misto. É demonstrável que essas inovações podem também ser uma vantagem competitiva entre as empresas, devido à já citada procura por tecnologias mais verdes no setor. A demanda por pesquisa e desenvolvimento nessa área também deve ser objetivo de grande investimento público – vale lembrar que grande parte do investimento atual em tecnologias verdes é direcionado ao mercado civil.

Em breve, a sustentabilidade dos produtos de defesa deve atrair um maior escrutínio por parte dos clientes e tornar-se cada vez mais um diferenciador de mercado para empresas. No médio prazo, espera-se que metas e planos de compensação de emissões de carbono, bem como o desenvolvimento de produtos finais cada vez mais ecológicos - e o progresso no sentido da sua realização - sejam incorporados nos critérios de aquisição do Reino Unido e nas maiores Forças Armadas mundiais.

DOI 10.21544/2446-7014.n153.p08.

## ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

### A política migratória turca: Erdogan e a construção de muros

Dominique Marques e Adel Bakkour

Após o Talibã assumir o poder no Afeganistão, cerca de 300.000 refugiados começaram a migrar através do território do Irã e da Turquia. Esta iniciou rapidamente a construção de um muro por cerca de 20 quilômetros. Além desse muro em construção, a Turquia também possui barreiras em suas fronteiras com Bulgária, Geórgia, Grécia e Síria, que podem se estender até Armênia e Irã. Tradicionalmente, o país sempre acolheu a maior parte dos refugiados em direção à Europa, porém, dessa vez, está se fechando. Quais as possíveis razões para isso?

Percebe-se que fatores políticos domésticos e geopolíticos esclarecem essa questão. Com uma posição geográfica ímpar, a Turquia é um importante entreposto estratégico para os europeus, servindo como escudo para os impactos das instabilidades políticas do Oriente Médio sobre a Europa, principal destino dos refugiados. Inclusive, na crise migratória em 2015, o

país realizou um acordo com a União Europeia (UE), pelo qual regularizava a situação de refugiados antes de prosseguirem aos membros do bloco. Porém, esse posicionamento provocou severos impactos econômicos e demográficos no país.

Nesse sentido, assim como na Europa, movimentos anti-refugiados nasceram na Turquia, e estão colocando pressão sobre o presidente Erdogan e seu partido, o AKP. O movimento *Angry Young Turks*, que se refere aos antigos “jovens turcos” que lutaram contra os sultões otomanos, carrega hoje o slogan: *The border is our honor* (em português, “A fronteira é nossa honra”), realizando ataques violentos no país e considerados terroristas pelo governo.

As próximas eleições na Turquia serão em 2023, e Erdogan vem perdendo força ao não conseguir lidar com problemas como incêndios, inundações, crise econômica e, agora, a sobrecarga de refugiados, gerando tensão



na população civil, a qual foi potencializada pela crise política no Afeganistão nesse ano. Os muros parecem ser, portanto, uma tentativa de reequilibrar o país, que chegou ao seu limite.

Porém, esse movimento tem a possibilidade de impactar a ambição de Erdogan de maior protagonismo regional. A barreira turca, em particular, tem o potencial de também afetar seu relacionamento com a UE, dado que

limitam o papel do país como escudo e podem ensejar uma intensificação dos fluxos migratórios em direção ao bloco.

Observa-se, então, que a política migratória turca em torno da construção do muro conecta fatores domésticos e regionais. Enquanto Erdogan busca reforçar sua legitimidade interna frente a uma situação de crise, o muro pode significar uma potencial crise com a UE.



DOI 10.21544/2446-7014.n153.p08-09.

## As expectativas para o futuro político da Líbia

O dia 24 de dezembro de 2021 foi a data estipulada para ocorrer eleições democráticas na Líbia, visando finalizar a guerra civil que assola o país desde o assassinato do ditador Muammar al-Gaddafi em 2011. A menos de um mês das eleições, esse talvez seja o período mais estável da última década, graças a um longo processo de negociações diplomáticas envolvendo os principais grupos internos, países vizinhos e potências estrangeiras. A eleição se apresentou como uma solução às disputas de poder, mas, na prática, seu resultado poderá extinguir o cessar-fogo e retornar o país ao caos. Assim, o que impede o êxito eleitoral e por que potências estrangeiras prezam por ele?

Desde 2014, o país está dividido em dois polos de influência política, liderados por Khalifa Haftar em Benghazi e Fayeze al-Sarraj em Trípoli. Quando o primeiro turno das eleições, em dezembro, ocorrerem, as novas leis serão aquelas definidas nos últimos anos por parlamentares aliados de Haftar. Isso porque a centralização personificada de al-Gaddafi na ditadura impediu o desenvolvimento de dispositivos

constitucionais e eleitorais. Assim, com o Judiciário despreparado e forças de segurança divididas entre os polos, qualquer desfecho deve ser questionado e não existe qualquer dispositivo que garanta o resultado das eleições. A população local, a princípio, entusiasmou-se em votar, mas a maioria reconhece sua provável ineficácia e cogita boicotá-la.

A comunidade internacional, por outro lado, tem reforçado seu comprometimento com as eleições. No início de novembro ocorreu, por iniciativa da Alemanha, França, Itália e ONU, mais um fórum com lideranças líbias. O interesse da União Europeia no sucesso das eleições pode ser explicado por alguns fatores: contornar as consequências das desastrosas ações da OTAN na Líbia ou mesmo pelos altos custos da organização no Mar Mediterrâneo devido ao grande fluxo de refugiados vindos da Líbia que desembarcam pela Itália ([Boletim 143](#)). Já especificamente no caso francês, seu interesse está atrelado à presença de suas empresas petrolíferas no país e aos oleodutos, desativados durante a guerra pela divisão territorial. »

Não existe nenhum parecer que considere positivo o resultado eleitoral para a estabilidade na Líbia. Ao contrário, nas melhores previsões, é visto como um “redivisor de águas” entre Benghazi e Trípoli, enquanto

outras temem a intensificação da guerra civil. A eleição ainda ocorrerá em dezembro, mas suas consequências já estão sendo calculadas e, em nenhuma delas, a guerra acaba.

Fonte: ISPI

## IN NUMBERS

ISPI

### Libya's election in numbers

- 7**  
Years since the last general elections in Libya
- 42%**  
Voter turnout at the 2014 general elections
- 1008**  
Candidates for the House of Representatives (as of November 18th)
- 114**  
Female candidates for the House of Representatives (as of November 18th)
- 10**  
Candidates for the Libyan Presidency (as of November 18th)



Sources: Election Guide, Libya's Elections Commission, Arab News

MED This Week

DOI 10.21544/2446-7014.n153.p09-10.

## RÚSSIA & EX-URSS

### A Base Industrial de Defesa russa e o impasse geopolítico sino-indo-russo

Pedro Martins

A Base Industrial de Defesa (BID) é um importante vetor econômico e de inserção internacional para a Rússia. O país é o segundo maior vendedor de armas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA), e sua BID tem como principais clientes a Índia e a China. Com esses dados, cabe questionar qual o impacto geopolítico da BID russa no tabuleiro geopolítico da Ásia.

Recentemente, o periódico russo RT anunciou que a Índia poderia ser sancionada pelos EUA pela intenção de Nova Délhi em obter o sistema antimísseis russo *S400*. A Índia é o maior cliente da BID russa, tendo comprado quase US\$ 1 bilhão em armamentos russos em 2020, quase o dobro da China – que comprou pouco mais de US\$ 500 milhões no mesmo ano –, segundo a base de dados do *Stockholm International Peace Institute* (SIPRI). Ocorre, no entanto, que Índia e EUA têm se aproximado no âmbito geopolítico devido a preocupações mútuas com relação à China, o que pode ser observado pela parceria conhecida como QUAD (composto por Austrália, EUA, Índia e Japão).

Ao mesmo tempo, a BID russa tem a China como a sua segunda maior compradora de armas. Segundo os dados do SIPRI, a Rússia foi a maior fornecedora de armamento para Pequim entre 2015 e 2020, exportando um total de US\$ 5,8 bilhões. A título de ilustração, em 2020, a China recebeu dois helicópteros de transporte russos *Mi-171E*, encomendados em 2019. Pequim tem questões geopolíticas envolvendo o Tibete e disputas fronteiriças com a Índia. Simultaneamente, tem tensões crescentes com os EUA, envolvendo Taiwan e o Mar do Sul da China. Por esse motivo, o fornecimento de armamentos por parte da Rússia ganha um caráter estratégico para a China.

Com isso, pode-se concluir que as vendas de equipamento de Defesa russo tornam o cenário geopolítico asiático mais complexo por dois motivos. Primeiro, porque a Federação Russa é um relevante fornecedor de armas para dois parceiros que são adversários geopolíticos entre si. Segundo, a parceria indo-russa no campo militar acaba gerando tensões e riscos para o relacionamento »

indo-americano, baseado na desconfiança de ambos com relação à China. Dessa forma, o cenário geopolítico sino-

indo-russo pode ser descrito como um grande impasse político.



DOI 10.21544/2446-7014.n153.p10-11.

## LESTE ASIÁTICO

### A disputa pelo Novo IP e os impactos para a competição sino-americana

Maria Cláudia Nunes

Em 2020, em uma reunião da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a *Huawei* apresentou um plano ambicioso: a reconstrução completa do código da Internet a partir da criação de um Novo IP. Consequentemente, os Estados Unidos (EUA) e seus aliados fizeram grande oposição à ideia, enquanto Rússia e Arábia Saudita simpatizaram com a proposta. Considerando, então, o embate tecnológico entre China e EUA, especialmente na área de Inteligência Artificial (IA), como a possível implementação do conceito de Novo IP pode afetar a posição dos EUA?

As exatas especificações técnicas do Novo IP não foram divulgadas completamente ao público. O pouco de informação disponível apresenta uma série de preocupações não apenas para governos, como também para agências não-governamentais, que ajudam no funcionamento da Internet. Em um relatório da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN), foi destacada uma série de impedimentos à implementação e aplicação do Novo IP. No entanto, para o ICANN, a "atualização" mais disruptiva seria a ambição da *Huawei* de implementar linhas de código para que a IA atue na área de transmissão de informações

para identificar erros na rede e os reparar.

Tal atualização técnica traz considerações geopolíticas para os Estados Unidos e seus aliados. A atual corrida armamentista dentro do campo da IA faz levantar muitas questões sobre esse ponto específico do projeto Novo IP. Se a China for o país que vai substituir o código base da rede de telecomunicação mundial, utilizando um órgão supranacional (como o UIT) em vez de agências não-governamentais (que sempre criaram e atualizaram a base da rede) a influência dos Estados Unidos nesse setor seria abalada, possibilitando um maior monitoramento e controle de dados, bem como vantagens estratégicas para a China.

Portanto, o Novo IP tem implicações possivelmente mais duradouras do que o 5G. Além de modificar completamente o percurso do desenvolvimento contínuo da Internet, o precedente instaurado pela aprovação do Novo IP daria uma grande vantagem à China e a seus aliados. Pois ao invés livre iniciativa de agências não-governamentais e empresas privadas criarem bases de desenvolvimento da rede, os governos se fariam mais presentes, concentrando tal poder decisivo para o futuro da internet.

DOI 10.21544/2446-7014.n153.p11.

Apesar de distantes geograficamente, Japão e Alemanha são dois países que compartilham diversas semelhanças. Ambas as nações foram aliadas na Segunda Guerra Mundial antes de se reerguerem como potências econômicas e tecnológicas durante a Guerra Fria; além de compartilharem reputações pacíficas e avessas a conflitos. Tais semelhanças acabaram traduzindo-se numa intensa parceria econômica, culminando na Alemanha como oitava maior parceira comercial japonesa. Contudo, tal sinergia tem se expandido para o âmbito militar, principalmente devido à postura agressiva da China internacionalmente. Qual o atual estado da relação militar entre o Japão e a Alemanha e quais são seus benefícios para os nipônicos?

O ano de 2021 possivelmente ficará marcado como um ponto de inflexão na cooperação bilateral entre Tóquio e Berlim em decorrência de sua aproximação militar. Tal movimento iniciou-se com a assinatura de um acordo, em março, sobre a proteção de trocas de informações confidenciais e seguiu-se com a realização da primeira reunião 2 + 2, presidida pelos Ministros das Relações Exteriores e de Defesa, entre ambos os países, em abril. Tal confluência foi recentemente coroada com a visita da Fragata *Bayern* ao Japão no dia 05 de novembro, sendo

essa a primeira parada de um navio de guerra alemão no país em 20 anos. O evento foi precedido pela realização de exercícios militares conjuntos com o contratorpedeiro *Samidare* da Força Marítima de Autodefesa Japonesa em águas próximas a Tóquio.

Essa crescente coordenação militar, na atualidade, é fruto de uma congruência de percepções frente à atuação agressiva nos Mares do Sul da China e da China Oriental. Enquanto os nipônicos têm buscado aprofundar e diversificar suas relações bilaterais no âmbito militar – vale ressaltar as recentes visitas de navios britânicos, franceses e neerlandeses ao arquipélago em 2021. Os alemães começaram a adotar sua estratégia para a região da Ásia-Pacífico, promulgada em setembro de 2020, pautada no fortalecimento de laços com países da região que compartilhem interesses e valores comuns com os alemães ([Boletim 125](#)).

Dessa forma, o recém recrudescimento de laços com os alemães, é favorável para aumentar o poder de dissuasão nipônico frente à China, na tentativa de frear as investidas chinesas nas Ilhas Senkaku, território de disputa sino-japonês, e em Taiwan, localidade que tem ascendido dentro da agenda de defesa japonesa.



## Nova Lei de Fronteiras chinesa intensifica disputa fronteiriça com a Índia

Filipe Porto e Marina Corrêa

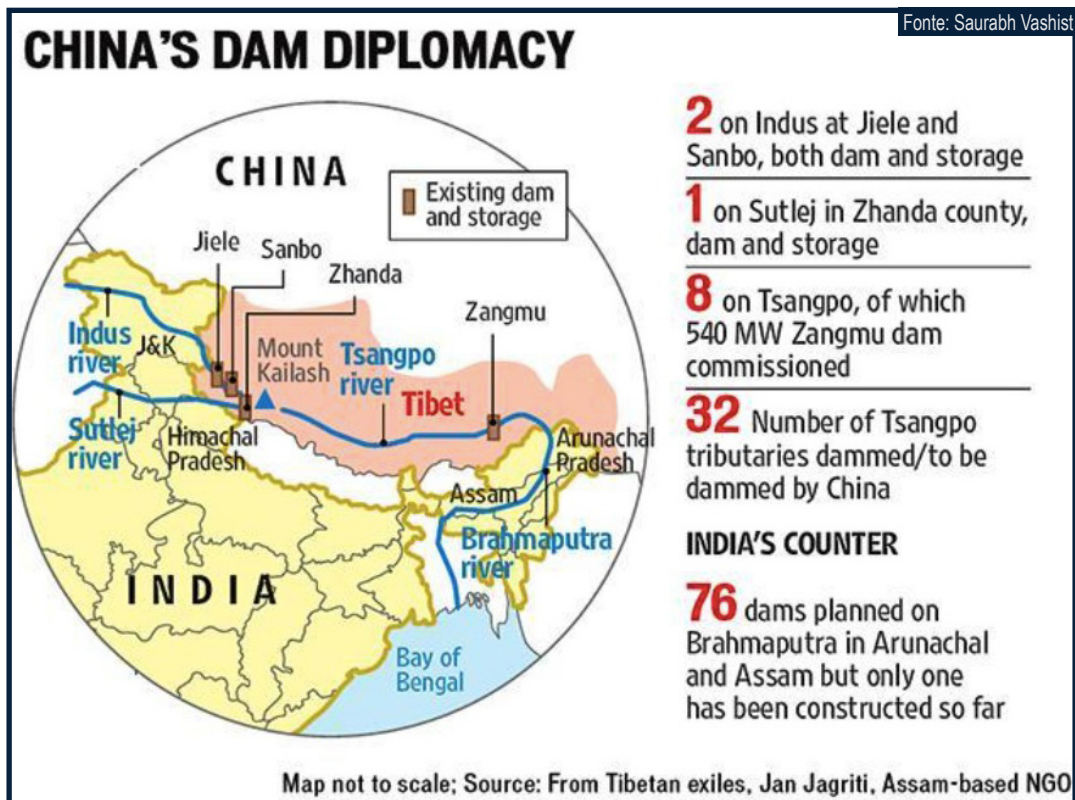
Em outubro de 2021, a China aprovou a Lei de Fronteiras Terrestres, que estabelece os princípios para a gestão de suas fronteiras. Ressalta-se que o país compartilha fronteiras terrestres com quatorze países, sem consenso apenas com Índia e Butão na chamada Linha de Controle Real (LAC, em inglês), região de intensas disputas militares. Apesar de dispor sobre as fronteiras chinesas de modo geral, a lei preocupa a Índia porque imbrica as negociações para a delimitação da LAC. Diante disso, como a nova Lei de Fronteiras da China pode afetar as negociações lindeiras com a Índia?

A lei chinesa estipula que a soberania e a integridade territorial do país são sagradas e invioláveis, além de estabelecer que o país deve tomar medidas militares para manutenção da integridade territorial e desenvolver econômica e socialmente as regiões fronteiriças. Discorre também sobre medidas para proteger a estabilidade dos rios e lagos transfronteiriços, abrindo a possibilidade de a China limitar o fluxo de água no Rio Brahmaputra/Yarlung Zangbo, que flui do país para a Índia ([Boletim 64](#)). Com isso, a China pode inviabilizar projetos hídricos passíveis de ameaçar os ecossistemas aquáticos compartilhados com a Índia.

Pequim e Nova Delhi intensificaram os diálogos sobre a LAC desde a escalada das tensões, em 2020. Contudo,

após a publicação da Lei, o governo indiano alegou que Pequim não deve usar a legislação como pretexto para formalizar ações militares na LAC. Anteriormente, a Índia já havia anunciado a intenção de reformular sua estrutura militar (a mesma desde 1947) até 2022, criando cinco teatros de comando ([Boletim 129](#)), sendo um deles o Comando do Norte, destinado a guardar os aproximadamente 3.500km de fronteira com a China. Todavia, tal reorganização enfrenta obstáculos internos para seu desenvolvimento prático.

Conclui-se que a lei chinesa configura um fator desestabilizador das relações sino-indianas. Apesar do comprometimento dos países em chegar a um consenso sobre a LAC, a lei tende a fortalecer o pleito chinês, diminuindo a possibilidade de um resultado com ganhos relativos entre as partes. A Índia, visando o término bem-sucedido das negociações, precisará defender seus interesses nacionais, principalmente na garantia de acesso aos recursos hídricos em questão frente às disposições inegociáveis da China. Considerando a influência regional, a densidade populacional, o poderio nuclear e as capacidades militares relevantes dos dois países, a tendência é de que as tensões no relacionamento bilateral se intensifiquem.



## A ascensão de Índia e Indonésia no cenário internacional

Gabriela Veloso e Iasmin Gabriele Nascimento

Em 2021, a Índia celebrou o aniversário de 75 anos de sua independência do Reino Unido, simbolizando sua busca em se consolidar internacionalmente como potência. Na região do Indo-Pacífico, o país tem se projetado e demonstrado força, especialmente no Oceano Índico. Em movimento similar, a Indonésia, principal país do Sudeste Asiático, tem exercido liderança na região e chamado atenção de atores externos ao Sul e Sudeste da Ásia, principalmente agora, ao assumir a presidência do G20. Quais os fatores geopolíticos desses atores têm influenciado as dinâmicas regionais do Indo-Pacífico?

A Índia possui hoje a segunda maior população mundial, e está a caminho de tornar-se a primeira, ultrapassando a China antes de 2030. Ademais, o país está entre as maiores economias mundiais e tem investido intensamente em sua indústria de Defesa - é o terceiro país que mais investe neste setor no mundo, segundo a *Invest India*, uma startup do governo indiano. De acordo com o *The Military Balance 2021*, a Índia possui o segundo maior contingente de militares ativos da Ásia, atrás apenas da China. Além disso, é importante lembrar que o país é uma potência militar nuclear.

A Indonésia, por sua vez, é o oitavo país asiático em quantidade de militares ativos, ficando atrás apenas do Vietnã no Sudeste Asiático, de acordo com o *think tank International Institute for Strategic Studies*. Além disso, tem exercido ainda papel central na ASEAN no que diz respeito às negociações com Mianmar e os desdobramentos do golpe militar que ocorreu no início do ano. As forças armadas indonésias estão em processo de modernização há cerca de uma década. O Ministério da Defesa do país é hoje liderado por um ex-General do Exército, Prabowo Subianto, que chegou a concorrer à presidência contra Joko Widodo. Apesar de terem sido rivais nas eleições, eles têm trabalhado conjuntamente para ampliar as capacidades militares de Jacarta (IISS, 2021).

Assim, a ascensão em relevância de Nova Delhi e Jacarta torna o tabuleiro regional mais complexo em termos de presença militar e projeção internacional. É válido, então, acompanhar a dinâmica de equilíbrio de forças, principalmente no Oceano Índico e no Pacífico Ocidental, que despertam interesses e movimentam forças militares de vários Estados pelo mundo.



A política russa para o Ártico em tempos de transição energética

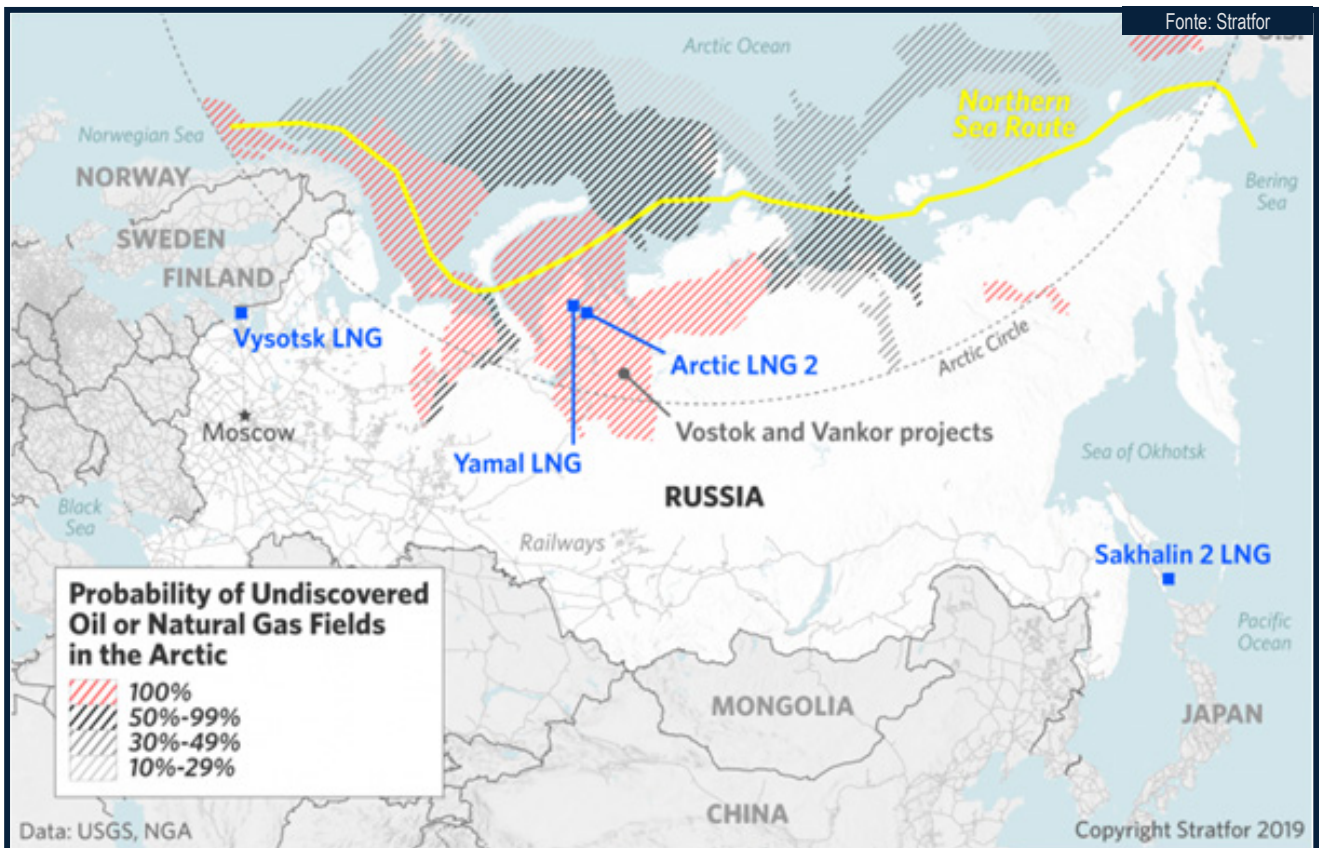
Pedro Allemand Mancebo Silva

Desde 2008, a Rússia tem como objetivo declarado transformar o Ártico em uma base de recursos para a solução dos problemas econômicos e sociais e na promoção do desenvolvimento do país. As políticas da Rússia para a região estão voltadas para a transformação do Ártico em um *hub* logístico e energético por meio dos investimentos na produção regional de petróleo e gás, mas também no desenvolvimento da navegação da Rota Marítima Norte. Ambos os objetivos, no entanto, têm uma crescente importância global. Em um mundo que busca se afastar dos hidrocarbonetos e reduzir as emissões de gases estufa, como adaptar as políticas para o Ártico às novas metas colocadas no debate público global?

Antes do início da COP26, nos dias 23 e 28 de outubro de 2021, o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, fez declarações que mostram a atenção do país a essa questão. A primeira ressalta o valor do Ártico para o processo de transição energética da economia russa, enquanto a segunda declaração enfatizava o papel do mesmo combustível na garantia de segurança energética não só para a Federação Russa, como também para a Europa e a Ásia. Ambas as declarações buscam

reposicionar o Ártico dentro das coordenadas do debate global da transição energética - seja como região de teste e desenvolvimento de novos combustíveis, seja como fonte de gás natural que viabilize a transição e a segurança energética do país e de outras regiões.

Embora o petróleo e o gás ainda sejam fontes de energia importantes e de alta emissão de carbono, um consenso sobre a necessidade da transição energética vem se formando em esferas de governança e debate público (Boletim 146). Embora isso tenha impacto direto sobre a estratégia russa para o Ártico - em especial sobre seu objetivo primeiro - é visível que Vladimir Putin e a institucionalidade russa vêm buscando formas de rearticular e recolocar a importância relativa do Ártico. Os discursos têm o objetivo de manter o *status quo* da exploração de recursos e desenvolvimento de projetos. Ao mesmo tempo em que projetam a imagem de uma Rússia responsável e afinada com mudanças globais, buscando recolocar o Ártico como uma região importante para a transição em si e para o desenvolvimento de novas fontes de energia e tecnologias associadas, mantendo-a como uma base de recursos.



**Eólicas *Offshore* no mundo: desenvolvimento e reflexos geopolíticos**

Bruno Gonçalves

Por décadas, a geopolítica da energia esteve baseada nas relações de poder em torno do petróleo e gás natural. No entanto, com o incremento das fontes renováveis na matriz energética mundial, as relações de interesse entre Estados sofrem alterações, trazendo para o jogo discussões referentes a outras tecnologias. As eólicas *offshore* são uma destas opções para uma matriz elétrica menos carbonizada e mais diversificada. No entanto, como as turbinas eólicas no mar poderiam influenciar as relações geopolíticas mundiais?

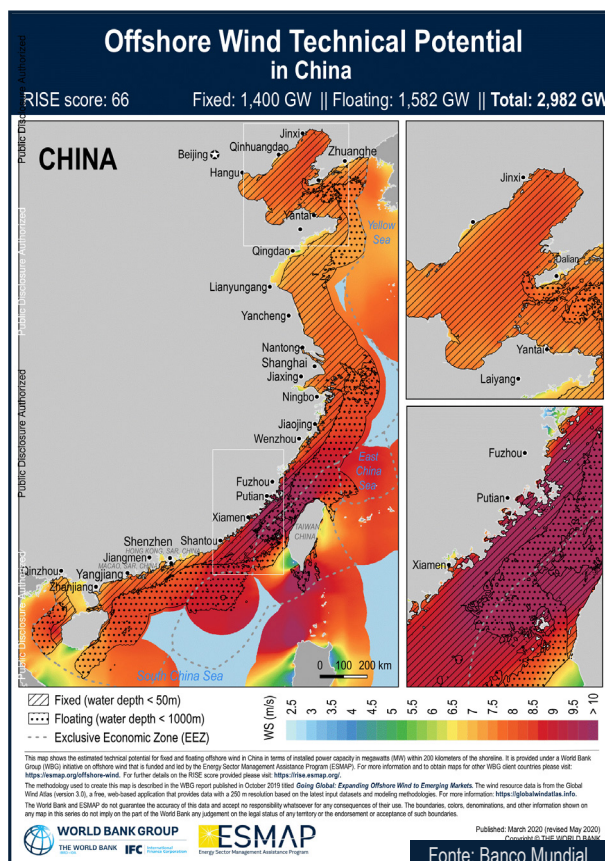
Segundo a *Global Wind Energy Council* (GWEC), em 2015 o mundo totalizava 433 GW de potência instalada de aerogeradores, sendo 12 GW de turbinas *offshore* (2,77%) e 421 GW *onshore* (97,23%). Já em 2020, o valor total subiu para 743 GW, sendo 35 GW *offshore* (4,71%) e 708 GW *onshore* (95,29%). Isso representa um crescimento médio anual de 11% das eólicas entre 2015 e 2020.

No que diz respeito ao potencial mundial total instalado de eólicas *offshore*, as plantas estão majoritariamente no continente europeu. Em 2020, apenas a Europa representava 64% dos 35 GW de potência instalada acumulada. Desta quantia, o Reino Unido configurava 29% e a Alemanha 22%. Um país que chama a atenção é a China, com 28% de representação no potencial

de geração de energia elétrica por aerogeradores nos oceanos. Especialistas vislumbram que a nova fonte geradora terá um aumento de 11,2 GW na participação da matriz mundial em 2021. Com isso, é prevista uma incorporação de 23,9 GW de capacidade instalada daqui a quatro anos.

Com a implementação, possíveis conflitos surgem, como disputas marítimas sobre o direito de uso de áreas oceânicas com potencial energético. As principais áreas de ventos oceânicos na China estão no Mar do Sul da China e no Estreito de Taiwan, locais onde já há tensões políticas em relação à soberania dos territórios marítimos com os países vizinhos. Além disso, deve-se considerar rotas comerciais, oleodutos e gasodutos, rotas de cabos submarinos, atividade pesqueira, depósitos de matéria-prima, áreas militares e regiões significativas em relação ao meio ambiente.

Portanto, novos dilemas são encontrados com o cenário das energias renováveis. Nisso, destaca-se as eólicas *offshore* e seu vínculo com a função econômica e estratégica dos oceanos. A resolução desses impasses será dada com a construção de um arsenal regulatório sólido nos países, debate amplo e aberto com partes da sociedade civil, investidores e governos, além da conexão dos planejamentos energéticos das nações.





- ▶ [Human Intelligence in the Digital Age - Speech by Richard Moore, Chief of the UK's Secret Intelligence Service](#)  
IISS, Richard Moore
- ▶ [Implications of COVID-19 for UK food supply resilience](#)  
CHATHAM HOUSE, Helen Harwatt, Laura Wellesley, Richard King e Tim Benton
- ▶ [The Gulf States and the Iran Nuclear Deal: Between a Rock and a Hard Place](#)  
RUSI, Tobias Borck
- ▶ [The Online Extremist Ecosystem](#)  
RAND COPORATION, Alexandra T. Evans, Bryce Downing, Erik E. Mueller, Heather J. Williams, Jamie Ryan
- ▶ [“Wars” of Influence](#)  
CSIS, Anthony H. Cordesman

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Isadora Jacques e Raphaella Costa

DEZEMBRO

<b>09-10</b>	<b>09-10</b>	<b>13</b>	<b>13-15</b>	<b>13-16</b>
 <b>SUMMIT FOR DEMOCRACY</b>	 <b>U.S.AFRICA ENERGY FORUM</b>	 <b>BÉLGICA</b>	 <b>Seatrade Maritime Middle East</b>	 <b>UNIÃO EUROPEIA</b>
<b>EUA</b> CÚPULA PELA DEMOCRACIA	<b>EUA</b> FÓRUM DE ENERGIA EUA-ÁFRICA	<b>CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>DUBAI-EAU</b> CENTRO DE EXPOSIÇÕES SEATRADE MARITIME MIDDLE EAST	<b>SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU</b>
<b>16-17</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>30</b>
 <b>UNIÃO EUROPEIA</b>	 <b>CHILE</b>	 <b>HONG KONG</b>	 <b>LÍBIA</b>	 <b>URSS-RÚSSIA</b>
<b>REUNIÃO DO CONSELHO EUROPEU</b>	<b>SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS</b>	<b>ELEIÇÕES LEGISLATIVAS</b>	<b>ELEIÇÕES GERAIS</b>	<b>30 ANOS DA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA</b>

JANEIRO

<b>01</b>	<b>01</b>	<b>15-16</b>	<b>17-21</b>	<b>24-26</b>
 <b>UNIÃO EUROPEIA</b>	 <b>OPERATION BARKHANE</b>	 <b>Atlantic Council GLOBAL ENERGY CENTER</b>	 <b>WORLD ECONOMIC FORUM</b>	 <b>BÉLGICA</b>
<b>INÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA FRANÇA NO CONSELHO EUROPEU</b>	<b>SAHEL</b> INÍCIO DA RETIRADA FRANCESA DA OPERAÇÃO BARKHANE	<b>EUA</b> FÓRUM GLOBAL DE ENERGIA DO CONSELHO ATLÂNTICO	<b>SUÍÇA</b> FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS	<b>FÓRUM HUMANITÁRIO EUROPEU</b>

## REFERÊNCIAS

- **A política de uma única China e a luta pela sobrevivência de Taiwan na América Central**  
[Taiwan seeks to work with new Honduras government as China looms](#). **Reuters**, 01 dez. 2021. Acesso em 02 dez. 2021.  
[SOLLIS, L. G. What's Behind China's Growing Push into Central America?](#). **America's Quarterly**, Nova Iorque, 1 jul. 2021. Acesso em 19 nov. 2021.
- **A política do 5G e a disputa ideológica chinesa e estadunidense na África**  
VELLUET, Q. [US – Africa: Why Washington is driving Africell's revival](#). **The Africa Report**, Paris, 05 nov. 2021. Acesso em: 19 nov. 2021.  
[Chinese tech, ignored by the West, is taking over Africa's cyberspace](#). **RFI**, [s.l.], 22 jul. 2021. Acesso em: 19 nov. 2021.
- **Strategic Compass: o que esperar da estratégia de defesa da União Europeia em 2022**  
BERGAMANN, M. HADDAD, B; [Europe Needs to Step Up on Defense - Brussels Should Borrow and Spend More on Security](#). **Foreign Affairs**, Washington, 18 nov. 2021. Acesso em: 4 dez. 2021.  
NOVÁKY, N. [EU's draft defence strategy points to evolution, not revolution](#). **Euronews**, Lyon, 23 nov. 2021. Acesso em: 4 dez. 2021.
- **A política migratória turca: Erdogan e a construção de muros**  
SAZAK, S. [Turkey's Refugee Problem Is Reaching a Breaking Point](#). **Foreign Policy**, Washington, 8 set. 2021. Acesso em: 03 dez. 2021.  
KIM, J. [Turkey's border wall with Iran: Erdogan seeks to block new arrivals of Afghan refugees](#). **France 24**, Paris, 08 set. 2021. Acesso em: 06 nov. 2021.
- **As expectativas para o futuro político da Líbia**  
[Libya After Paris: A Fragile Consensus for the Elections](#). **Istituto Per Gli Studi Di Politica Internazionale**, Milão, 19 nov. 2021. Acesso em 03 dez. 2021.  
[Will World Powers Rubber-Stamp Libya's Tainted Election?](#). **Foreign Policy**, Washington, 12 nov. 2021. Acesso em 03 dez. 2021.
- **A Base Industrial de Defesa russa e o impasse geopolítico sino-indo-russo**  
BOWEN, Andrew S. [Russian Arms Sales and Defense Industry](#). **Congressional Research Service**, Washington, v. 3, n. 1, p. 1-38, ago. 2021. Acesso em: 14 out. 2021.  
[India may face US sanctions as it takes delivery of S-400 missile systems from Russia](#). **RT**, Moscow, v. 3, n. 1, p. 1-3, nov. 2021. Acesso em: 14 nov. 2021.
- **Japão e Alemanha – aprofundamento das relações**  
[Japan, Germany expand military ties as German warship visits](#). **The Asahi Shimbun**, Osaka, 6 nov. 2021. Acesso em: 30 nov. 2021.  
BARKIN, N. [Germany Can Learn From Japan's China Strategy](#). **Foreign Policy**, Washington, 16 nov. 2021. Acesso em: 1 dez. 2021.
- **A disputa pelo Novo IP e os impactos para a competição sino-americana**  
DURAND, A. [New IP. ICANN Office of the Chief Technology Officer](#), **ICANN**, [s.l.], 27 out. 2020. Acesso em: 30 nov. 2021.  
MURGIA, M.; GROSS, A. [Inside China's controversial mission to reinvent the internet](#). **Financial Times**, Londres, 27 mar. 2020. Acesso em: 30 nov. 2021.
- **Nova Lei de Fronteiras chinesa intensifica disputa fronteiriça com a Índia**  
RAWAT, M. [Modi Needs to Personally Push Through Theater Command Reforms in the Indian Military](#). **The Diplomat**, Washington, 8 jul. 2021. Acesso em 30 nov. 2021.  
LUO, S. [China's land border law: A preliminary assessment](#). **Brookings**, Washington, 04 nov. 2021. Acesso em 30 nov. 2021.
- **A ascensão de Índia e Indonésia no cenário internacional**  
[The Military Balance 2021](#). **IISS**, Londres, [s.d.]. Acesso em 3 dez. 2021.  
INDIA. [National Investment Promotion & Facilitation Agency](#). **Defence Manufacturing in India**. Acesso em 3 dez. 2021.
- **A política russa para o Ártico em tempos de transição energética**  
STAALESEN, A. [Moscow says Arctic will play key role in its energy transition](#). **The Barents Observer**, Kirkenes, 23 out. 2021. Acesso em: 03 nov. 2021.  
STAALESEN, A. [Putin: Russian Arctic gas can provide long-term energy security for Europe and Asia](#). **The Barents Observer**, Kirkenes, 28 out. 2021. Acesso em: 03 nov. 2021.
- **Eólicas Offshore no mundo: desenvolvimento e reflexos geopolíticos**  
HATIOPOGLU, E.; AL MAHANNA, S.; EFIRD, B.. [Renewables and the future of geopolitics: Revisiting main concepts of international relations from the lens of renewables](#). **Russian Journal of Economics**, Moscou, 14 dez. 2020.. Acesso em: 05 nov. 2021.  
GONÇALVES, B. [Projetos de eólicas offshore no Brasil superam geração atual das eólicas onshore](#). **Grupo Economia do Mar**, [s.l.], 22 set. 2021. Acesso em: 05 nov. 2021.

Os mapas iniciais (pág 04 e 05) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Isadora Novaes e Vitória França

### ► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO - Crise estrutural: [Aid cut-off may kill more Afghans than war](#). **Al Jazeera**, 04 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Blinken says Ethiopia conflict risks implosion of country](#). **Reuters**, 03 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- GUINÉ - Golpe de Estado: [Guinea: Condé transferred to wife's residence in Conakry suburbs](#). **The Africa Report**, 02 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- HAITI - Crise estrutural: [Haití: Jimmy "Barbecue" Cherizier, el expolicía que se convirtió en líder criminal y ahora promete una "revolución"](#). **BBC**, 01 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- IÊMEN - Guerra civil e crise humanitária: [Arábia Saudita responde com ataque aéreo a disparo de míssil balístico do Iémen](#). **Diário de Notícias**, 07 dez. 21. Acesso em: 07 dez. 2021.
- LÍBANO: Crise estrutural: [France to work with Saudi Arabia to resolve Lebanon crisis](#). **Al Jazeera**, 04 dez. 21. Acesso em: 06 dez. 2021.
- MIANMAR - Golpe militar: [Myanmar junta reduces Suu Kyi jail sentence to 2 years](#). **DW**, 06 dez. 2021. Acesso em: 07 dez. 2021.
- SUDÃO - Golpe de Estado: [Sudan's al-Burhan says army will exit politics after 2023 vote](#). **Al Jazeera**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- VENEZUELA - Crise estrutural: [Voters protest disqualification of Venezuelan candidate](#). **AP News**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

### ► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Tensões com o bloco europeu: [UE, EUA e Reino Unido impõem sanções a Belarus](#). **DW**, 03 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.
- LESTE EUROPEU - Instabilidade regional pela crise migratória com Belarus: [Belarus migrant crisis disrupts goods supplies to Russia](#). **Reuters**, 03 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• LÍBIA - Em cessar-fogo e tensão pré-eleições (NOVO EM MÉDIO RISCO): [Elections are an opportunity to end instability in Libya, the EU says](#). **The Libya Observer**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• MALI - Instabilidade política: [Suspected jihadists kill at least 30 people in central Mali](#). **Africa News**, 04 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [What lies behind Mozambique's failure to find lasting peace and true democracy](#). **The Conversation**, 29 nov. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• SÍRIA - Insegurança regional: [Explosions heard near Syria-Iraq border, rebels deny blasts inside U.S. base](#). **Reuters**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Ex-president: Somalia risks plunging into chaos](#). **Garowe Online**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• UCRÂNIA - Tensões transfronteiriças com a Rússia: [Rússia e o reforço militar perto da Ucrânia](#). **EuroNews**, 29 nov. 2021. Acesso em: 05 dez. 2021.

#### ► EM MONITORAMENTO:

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Presidente russo acolhe protagonistas de conflito no Nagorno Karabakh](#). **rfi**, 26 de nov 2021. Acesso em: 03 dez. 2021.

• CHINA - Crise energética: [Omicron Covid variant: next test for global supply chain crisis](#). **CNBC**, 01 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• COLÔMBIA - Crise estrutural: [En medio de una emboscada en Venezuela habría muerto el 'Paisa'](#). **El Tiempo**, 06 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• EQUADOR - Crise de segurança pública: [Ecuador: los seis primeros meses de Lasso](#). **Latinoamérica21**, 04 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [Danish Anti-Piracy Action Jolts Gulf of Guinea Maritime Leaders](#). **The Maritime Executive**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• IRÃ - Tensões com o Azerbaijão: [Azerbaijan, Turkmenistan, and Iran reach gas trade deal](#). **Eurasianet**, 29 nov 2021. Acesso em: 03 dez. 2021.

• MAR DO SUL DA CHINA - Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: [PLA's new-type bomber practices island bombing, mine-laying in S.China Sea](#). **Global Times**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• MÉXICO - Crise migratória: [Biden's bewildering decision to expand a Trump-era immigration policy](#). **Vox**, 04 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• NICARÁGUA - Crise política: [La Prensa, 06 dez. 2021](#). Acesso em: 06 dez. 2021. **La Prensa**, 06 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• NÍGER - Aumento da atividade terrorista: [12 soldiers, 'dozens of terrorists' killed in Niger attack](#). **Al Jazeera**, 06 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• TAIWAN - Embate China-EUA: [Taiwan's Mainland Affairs Council warns Straits Forum tool for Beijing's unification campaign](#). **Taiwan News**, 06 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.

• TUNÍSIA - Instabilidade Interna: [Tunisia's UGTT union calls for early polls in absence of plan](#). **Aljazeera**, 05 dez. 2021. Acesso em: 06 dez. 2021.